 Maurício Yukio Hirata¹

 Lorrany Santos Rodrigues²

 Danielle Cabrini³

¹ Escola de Governo Fiocruz Brasília^{ROR}, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas em Saúde. Brasília, DF, Brasil


² Universidade de Brasília^{ROR}, Departamento de Saúde Coletiva. Brasília, DF, Brasil.

³ Universidade Federal do Espírito Santo^{ROR}, Centro de Ciências da Saúde, Curso de Nutrição. Vitória, ES, Brasil.

Correspondência

Maurício Yukio Hirata
mauricio.yukio22@gmail.com

Editor Associado

 Fabiana Bom Kraemer

Reconstruindo o passado para compreender o presente: um ensaio histórico-político-conceitual da educação alimentar e nutricional no Brasil

Reconstructing the past to understand the present: a historical-political-conceptual essay on food and nutritional education in Brazil

Resumo

Este ensaio teórico visa analisar a trajetória histórica, política e conceitual da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Brasil e fomentar uma reflexão crítica para a formação da EAN como a conhecemos hoje. O conceito de EAN, atualmente definido pelo Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional (MREAN) para Políticas Públicas, reflete uma prática intersetorial, multiprofissional, transdisciplinar, e contínua, que promove a autonomia e abrange todos os ciclos da vida e aspectos do comportamento alimentar. A transformação da EAN no Brasil é resultado da influência de uma variedade de campos, setores e atores que têm moldado e continuam a moldar as práticas e propostas nesse campo. O artigo apresenta a influência do patriarcado higienista no advento da EAN, destacando a mediação pelas discussões acerca da fome e na produtividade dos trabalhadores. Analisa, ainda, a intersecção com a promoção da saúde e EAN, fortalecida com a publicação do MREAN.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional; Segurança Alimentar e Nutricional; Políticas Públicas. Política de Saúde.

Abstract

This theoretical essay aims to analyze the historical, political, and conceptual trajectory of Food and Nutrition Education (FNE) in Brazil and to foster a critical reflection on the development of FNE as it is known today. The concept of FNE, currently defined by the Food and Nutrition Education Reference Framework (FNERF) for Public Policies, reflects an intersectoral, multidisciplinary, transdisciplinary, and continuous practice that promotes autonomy and encompasses all life cycles and aspects of eating behavior. The transformation of FNE in Brazil results from the influence of various fields, sectors, and actors that have shaped and continue to shape practices and proposals in this domain. This article discusses the influence of hygienist patriarchy on the emergence of FNE, highlighting its mediation through debates on hunger and worker productivity. Furthermore, it examines the

intersection between health promotion and FNE, which has been reinforced by the publication of the FNERF.

Keywords: Food and Nutrition Education; Food and Nutrition Security; Public Policy; Health Policy

INTRODUÇÃO

A compreensão crítica do presente exige o conhecimento aprofundado dos processos e eventos históricos. Não se resume simplesmente à memorização de datas e fatos, mas à capacidade analítica. Ao investigar o passado com uma perspectiva histórica, imersa no contexto sociopolítico e geográfico da época, é que se revelam significados.

Tais significados possibilitam a compreensão da trajetória dos eventos e a identificação de conexões profundas entre o passado e o presente, bem como projeções para o futuro. A humanidade carrega consigo uma bagagem histórica que demanda compreensão, essencial para o reconhecimento do próprio tempo em que vive. Logo, com a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) não seria diferente.

Muito foi vivenciado, refletido, criticado, desconstruído e reconstruído para chegar à compreensão atual de EAN. Para isso, faz-se necessário o levantamento histórico, político e conceitual no contexto brasileiro, para obter-se uma compreensão crítico-reflexiva acerca desse vasto campo de conhecimento em alimentação e nutrição, sendo este o objetivo do presente ensaio.

Patriarcado higienista: os primórdios da Educação Alimentar e Nutricional

A partir de um retorno temporal, com início no século XX, identificam-se os primeiros registros que se relacionam com a EAN no Brasil.¹ Nesse período, o movimento pedagógico, conhecido como Escola Nova ou “escolanovismo”, revolucionou o cenário educacional brasileiro. Essa abordagem representou uma mudança significativa nos métodos tradicionais de ensino elitizados da época.² A ideia central era uma educação laica, gratuita e universal, visando reconstruir o sistema educacional do país. A Escola Nova enfatizava o desenvolvimento individual cidadão.² Ademais, promovia a educação em saúde como forma de aprimorar as condições físicas gerais da população.³

Em 1927, a I Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba, debateu teses que moldaram as direções do ensino, inclusive destacando a importância da educação higiênica como primordial para a sociedade, associando a falta de higiene à pobreza e ao trabalho improdutivo.⁴

Neste contexto histórico absolutamente higienista e eugenista, Boog¹ relata o início do processo de inserção da alimentação como um eixo das intervenções educacionais nas instituições de ensino. Considerando a inexistência da profissão de nutricionista, a discussão e o cuidado da alimentação se construíram sob uma perspectiva exclusivamente médica.

Um expressivo exemplo foi o médico Antonio Ferreira de Almeida Júnior (1892-1971), que instituiu o primeiro material de Educação Alimentar da época, intitulado “Cartilha de higiene”, lançado em 1922. A cartilha trazia diversas recomendações segmentadas em três pilares: *a escola, o exemplo do professor e a prática de higiene*. A compreensão da EAN na época focava em orientações estritas à prática de higiene - justificando o uso do termo “educação alimentar” - sem ampliação do contexto da alimentação para os demais aspectos envolvidos no ato de se alimentar que hoje conhecemos.⁵

Um grande marco dessa época foi Pedro Escudeiro (1887-1963), médico argentino responsável por criar as quatro leis que descreviam que uma alimentação saudável e equilibrada deveria ser orientada pela quantidade, qualidade, harmonia e adequação.⁶

No Brasil, o médico Francisco Pompêo do Amaral (1907-1990) foi protagonista nesse período, sendo responsável pela criação do primeiro curso na área de Alimentação e Nutrição.⁷ O “Curso de Dietética”, no ano de 1939, foi composto por: “Dietética para Donas de Casa” e “Auxiliares em Alimentação”, no contexto

de um curso voltado para fortalecer os papéis de gênero da época. Porém, com o famigerado acesso ao ensino superior, de antemão reservado, em sua grande maioria, para os homens. Nesse mesmo ano, também foi instituído o Curso de Nutrição, na Faculdade de Higiene, atualmente conhecida como Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).⁸

Com este início acadêmico da ciência da alimentação e nutrição no país, ainda não se identificava nos currículos a disciplina de EAN (descritas na época como Educação Nutricional/Educação Alimentar).⁷

Educação Alimentar x Educação Nutricional: fome e trabalho são protagonistas

Considerando o contexto político do período, em âmbito federal, no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), tem-se a criação do Serviço Central de Alimentação, realizada por Josué de Castro, médico sanitário que teve papel primordial em descrever e definir a temática “Fome” como um problema social, político e econômico.¹ Em sua obra *Geografia da Fome*, publicada em 1946, realizou uma análise dos problemas supracitados e propôs soluções baseadas na cooperação internacional, reforma agrária e educação alimentar.⁹

Em 1940, o Serviço Central de Alimentação foi substituído pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS),¹⁰ o qual apresentava como objetivo proporcionar alimentação de baixo custo aos trabalhadores, por meio dos restaurantes populares.¹¹ Um ano após a instituição do SAPS, iniciou-se o processo do Serviço exercer a função educativa relacionada à alimentação do trabalhador e sua família. Isto resultou na necessidade de estabelecer canais de comunicação para promover os benefícios que os funcionários teriam ao adotar uma alimentação embasada nos princípios científicos da nutrição,¹⁰ com a proposta de aumento na produtividade laboral.

É imprescindível observar que, desde a publicação das leis de Pedro Escudeiro até o fim do Estado Novo da Era Vargas, a orientação social na Educação Alimentar visava corrigir hábitos inadequados, partindo do pressuposto de que a falta de conhecimento sobre alimentação pela população era o problema.¹²

Avançando nesta cronologia histórica e política da EAN, tem-se como conjuntura internacional a Guerra Fria e a Industrialização, que reverberaram grande impacto em várias questões no Brasil - a alimentação foi uma delas.¹ Com o fim da Era Vargas, o General Eurico Gaspar Dutra assumiu a presidência do país, porém prosseguiu com a política trabalhista do governo anterior.¹³

Em meio a essas constantes mudanças políticas, pode-se afirmar que o regime militar instaurado em 1964 mudou o percurso da Educação Nutricional no Brasil, trazendo uma lente racionalizada da alimentação, desmerecendo o olhar social, antes predominante. A partir de então, L'Abbate¹⁴ descreve em seu artigo que “as medidas adotadas privilegiaram a suplementação alimentar, a racionalização do sistema produtor de alimentos e as atividades de combate às carências nutricionais específicas”.

O “Estado autoritário” do regime militar estreitou laços com a indústria de alimentos, demonstrando grande interesse em inovação e pesquisa na área de tecnologia de alimentos, com foco em programas de suplementação alimentar que iam ao encontro do que L'Abbate relatou.¹⁴

Essa conjuntura contribuiu para a perda de protagonismo da Educação Nutricional nas ações e propostas governamentais.¹⁵ Por outro lado, privilegiou um maior número de formação de nutricionistas, principalmente nas duas décadas posteriores,¹ em virtude do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual apresentou como uma de suas propostas, a maior formação e capacitação da força de trabalho em Nutrição.¹⁶

Na década de 1970, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) foi instituído, objetivando a formulação de políticas públicas.¹⁷ Na mesma década, no ano de 1975, o Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou o problema alimentar de déficit calórico associado à renda insatisfatória como panorama da população brasileira. Portanto, as ações que envolviam a alimentação e educação passaram a ser substituídas pela relação da alimentação com a renda, reduzindo as problemáticas em torno da alimentação para, exclusivamente, à pobreza.¹⁸

Nesse contexto, a Educação Nutricional chegou a ser hostilizada, por ser, em grande parte, uma estratégia para ensinar pessoas de baixa renda a lidar com a escassez de alimentos, deslegitimando a soberania alimentar da população.^{1,15,19} Vale ressaltar que o “banimento” da Educação Nutricional muito se deu por conta de avaliações e estudos de economistas da época.¹

Da mesma forma, o campo da Educação também estava em meio a controvérsias quanto às propostas de uma educação transformadora e emancipadora, dado que análises como as de Saviani² contextualizaram que o educador passou a ser visto como um participante na dinâmica exploratória do sistema capitalista. Essas circunstâncias provocaram uma ausência da Educação Nutricional nas propostas e ações de Estado e suas respectivas políticas e programas nas décadas posteriores.

Em contraponto, no âmbito acadêmico, estudos e publicações na área de Educação Nutricional começaram a se manifestar nas décadas de 1970 e 1980.²⁰ Apesar da propensão política e econômica contrária às ações de educação no âmbito da alimentação e nutrição, a categoria de nutricionistas definiu como competência as ações educativas, estudo e trabalho na área de Educação Nutricional.¹

Já para o início da década de 1990, apesar do contexto ainda não favorável para a Educação Nutricional, a profissão de nutricionista foi regulamentada por meio da Lei Federal nº 8.234, de 17 de setembro de 1991.²¹ Nela foi definida a Educação Nutricional como prática privativa do nutricionista.

Em paralelo, com a transição nutricional, caracterizada pela redução da morbimortalidade por condições agudas e aumento da prevalência de obesidade e demais condições crônicas, a categoria ganhou protagonismo no cuidado em saúde da população, e autores como Monteiro, Lunes & Torres²² reforçaram em seus estudos um destaque no vínculo da alimentação e nutrição com a educação como uma proposta decisiva para o adequado manejo dessas condições de saúde, muito prevalentes.

O processo de junção da alimentação com educação, voltada apenas para as características fisiológicas e nutricionais, transversalizado por um contexto político que esvaziou o sentido social da alimentação, reforçou apenas sua racionalização, justificando o conceito de “Educação Nutricional” da época.

Promoção à Saúde e EAN finalmente se encontram

É de extrema importância destacar a Promoção à Saúde como aliada à EAN. A Organização Mundial da Saúde (OMS),²³ na Carta de Ottawa, definiu como “o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo”. Este e demais produtos das Conferências Internacionais sobre Promoção da Saúde^{24,25} influenciaram a associação da Promoção da Alimentação Saudável (PAS), conceito este relacionado à Promoção da Saúde, com a Educação Nutricional. Assim, a PAS tornou-se primordial para conduzir ações de promoção à saúde no Brasil.

O ato de promover alimentação saudável tornou-se uma problematização no que se diz respeito à nutrição. Ao se refletir sobre esses significados para a promoção da alimentação saudável do ponto de vista da época, considerando as décadas de 1980 e 1990 no Brasil, é possível inferir que a Nutrição iniciou então o processo de aproximação dos conceitos das Ciências Humanas e Sociais, dado que nesse período era estabelecida a supremacia das ciências biológicas sobre as demais abordagens científicas.^{1,26}

A I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, enquanto espaço de controle e participação social realizada em 1994, incluiu a Educação Nutricional no último tópico do relatório final, com proposta única: "9.4. Estimular ações educativas na área de alimentação e nutrição a nível comunitário".²⁷

Já no âmbito federal, o MS formulou e publicou, em 1999, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Na diretriz IV, "Promoção de práticas alimentares e estilo de vida saudáveis", apesar de já utilizar o termo "Educação Alimentar e Nutricional", refere-se que ele "contém elementos complexos e até conflituosos. Dessa forma, deverão ser buscados consensos sobre conteúdos, métodos e técnicas do processo educativo, considerando os diferentes espaços geográficos, econômicos e culturais".²⁸

Porém, nos anos 2000, a discussão e as produções acadêmicas começam a ampliar acerca do conceito de EAN. Uma das influências pode ter-se iniciado de forma mais incisiva, a partir da instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição, pela publicação da Resolução CNE/CES nº 5, de novembro de 2001, destacando a Educação Nutricional como habilidade e competência para as quais o profissional nutricionista deveria ser formado.²⁹ No mesmo ano, tem-se a concepção do Projeto do Programa Fome Zero, instituído em 2003 com o objetivo de combater a fome e a pobreza no país, por meio da garantia de acesso à alimentação adequada para a população.³⁰

Os dois tópicos anteriormente levantados possibilitaram, no meio acadêmico e no meio das políticas públicas, retomar a discussão acerca das ações que envolviam a Educação Nutricional (no caso do Programa Fome Zero, utilizando-se do termo "educação alimentar"). A partir da publicação da PNAN de 1999,²⁸ o termo que começou a ser utilizado foi, finalmente, "Educação Alimentar e Nutricional". Foram necessárias várias décadas para que as concepções "alimentar" e "nutricional" retornassem juntas ao campo destas ações aqui debatidas.¹

A II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (nota-se aqui já o uso do termo Segurança Alimentar e Nutricional - SAN) apresenta, diferentemente da primeira, a Educação Nutricional no eixo de ação prioritária 4 "Ações de Saúde e Nutrição", com um subtópico exclusivo para a Educação Nutricional no âmbito da alimentação escolar.³¹ Ressalta-se que as discussões ainda não haviam contemplado a concepção de EAN, e mantiveram educação nutricional. Vale ressaltar que foi a partir do relatório desta conferência que se institucionalizou a expressão "alimentação saudável" no Brasil.³²

Avançando para o ano de 2005, consta a publicação da Resolução nº 380, de dezembro de 2005,³³ a qual dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições. Nela, foi definido o conceito de Educação Alimentar e Nutricional como:

Procedimento realizado pelo nutricionista junto a indivíduos ou grupos populacionais, considerando as interações e significados que compõem o fenômeno do comportamento alimentar, para aconselhar mudanças necessárias a uma readequação dos hábitos alimentares.

Esta resolução, para além da definição do conceito de EAN, também restringiu sua prática aos nutricionistas, impactando nas ações, programas e políticas publicados e executados nos anos posteriores, reduzindo as possibilidades de alcance das propostas e intervenções.

O ano de 2006 foi repleto de fatos relevantes para a EAN. Um deles foi a publicação da primeira edição do *Guia Alimentar para a População Brasileira* (GAPB), reconhecido como uma diretriz que estabelece orientações alimentares para promover escolhas mais saudáveis de alimentos para a população brasileira.¹¹ Em seu texto, ainda foi utilizado o termo “Educação Nutricional”, apesar de estar alinhado com a PNAN e demais publicações da época.

A Educação Nutricional é referenciada em dois momentos no *Guia*: quando cita as diretrizes da PNAN, referindo-se à Saúde do Escolar, apontando a Educação Nutricional e a promoção da alimentação saudável como propostas que deveriam fazer parte do ambiente escolar, para contribuir com a formação de hábitos alimentares saudáveis; e na Diretriz 1 - “Os alimentos saudáveis e as refeições”, trazendo como proposta ao governo e setor produtivo de alimentos executar iniciativas contínuas de orientação e educação nutricional, respeitando a identidade cultural das diferentes populações.³⁴

Ainda no mesmo ano, instituiu-se o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio da Lei nº 11.346/2006, também conhecida por Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Apresentava como objetivo assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e demais providências. Apesar de a EAN não ser um termo presente no documento de forma direta, sua importância é apresentada de forma transversal, quando se refere “à promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social”.³⁵

Vale mencionar que, no ano de 2006, consoante as ocorrências anteriormente apontadas, aconteceu o I Fórum de EAN para a Promoção da Saúde e DHAA. O evento teve como objetivo discutir a EAN “como processo e ferramenta fundamental para a Promoção da Saúde”.¹¹

No âmbito das Políticas Públicas, foi um ano marcante, devido à publicação da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), instituída pela Portaria MS/GM nº 687 de 2006,³⁶ objetivando

[...] promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais.

Ela apresentou a Alimentação Saudável como uma de suas estratégias de implementação.

Ademais, a PNPS incorporou a Portaria Interministerial nº 1.010/2006, que instituiu as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional, apresentando o seguinte eixo prioritário: I – ações de educação alimentar e nutricional, considerando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais regionais e nacionais.³⁷

Os avanços no âmbito das políticas públicas relacionadas à alimentação e nutrição foram uma crescente nos anos seguintes. Extrapolando o setor saúde, identificou-se a iniciativa entre o MS e o Ministério da Educação, instituída pelo Decreto nº 6.286/2007, conhecido como Programa Saúde na Escola. Ele apresentou como finalidade “contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de

educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde”. A ação número III - Promoção da Alimentação Saudável representa o contexto da EAN no programa, aproximando o setor da educação à atenção primária à saúde.³⁸

Já no ano de 2008, foi realizado o II Fórum de EAN para a Promoção da Saúde e DHAA. Diferindo do evento anteriormente realizado, este objetivou:¹

Discutir as atuais práticas de educação em saúde e o uso de métodos e técnicas de educação alimentar e nutricional como estratégia de promoção da alimentação saudável, saúde e constituição da cidadania dos sujeitos, contribuindo para o seu empoderamento no cuidado com a própria saúde.

No ano seguinte, outro evento importante ocorreu: o I Fórum sobre Direito à Alimentação Adequada no Contexto da EAN. O objetivo, para além das pautas do II Fórum de EAN do ano anterior, foi divulgar experiências de projetos de EAN em diferentes setores. Buscou, ainda, o fortalecimento e crescimento das discussões e análises referentes à EAN em distintos contextos, com enfoque no aperfeiçoamento das atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).¹¹

Os fóruns supracitados apresentaram diversos aprofundamentos no conceito de EAN, apropriando-se cada vez mais do conceito de Promoção da Saúde, por meio da promoção de práticas alimentares saudáveis.¹¹

Nessa conjuntura, foi publicada a Lei nº 11.947/2009, a qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, no âmbito do PNAE, destacando a EAN em três momentos específicos: na inclusão da EAN no processo de ensino, abordando o tema Alimentação e Nutrição no currículo escolar, visando ao desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis; no objetivo do PNAE de promover o crescimento, desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, além de formar hábitos alimentares saudáveis; e na atribuição aos estados, Distrito Federal e municípios na promoção da EAN.³⁹

Ainda neste avançar das políticas públicas, é importante ressaltar o Decreto nº 7.272/2010. Ele foi responsável pela regulamentação da LOSAN e instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Nesse documento, diferentemente da LOSAN, já apresentou a EAN na Diretriz III (Brasil, 2010): “instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do DHAA”.⁴⁰

No ano de 2011 foi publicada a atualização da PNAN, citando a EAN com protagonismo em duas de suas diretrizes. A II - Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, refere que a EAN é um “processo de diálogo entre profissionais de saúde e a população, de fundamental importância para o exercício da autonomia e do autocuidado”, reforçando que é prioridade para a agenda de planejamento intra e intersetorial. Bem como a diretriz IX - Cooperação e Articulação para SAN, a qual refere como ação a “articulação com as redes de educação e socioassistencial para a promoção da educação alimentar e nutricional”.⁴¹

Para chegar ao conceito atual de EAN delimitado pelo Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (MREAN), documento construído de forma intersetorial e interministerial,⁴² soberano para EAN na atualidade, por trazer princípios e diretrizes para operacionalização da EAN nos diversos cenários das políticas públicas, muitas discussões e disputas políticas foram travadas ao longo das décadas, até que um conceito ampliado fosse construído:

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar.

A partir do MREAN, este conceito de EAN passa a orientar as estratégias, ações, planejamentos e demais práticas acerca da Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) no âmbito das políticas públicas.

A contemporaneidade após o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas

Um exemplo marcante foi a publicação da 2ª edição do GAPB em 2014, diretriz nacional orientadora da alimentação e nutrição da população brasileira. O novo *Guia* foi construído com base nas diretrizes do MREAN, ampliando o entendimento da alimentação para além do seu aspecto biológico e nutricional, a partir da classificação NOVA de alimentos, que foca no grau de processamento e sistemas alimentares, e não apenas nos nutrientes presentes em cada grupo alimentar para o planejamento de ações de EAN.⁴³

No mesmo ano, também foi lançada a Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade.⁴⁴ Identifica-se no documento a aplicação do conceito de EAN alinhado ao MREAN, descrevendo que as ações devem ser realizadas de forma intersetorial, principalmente envolvendo o setor de educação e de trabalho. Além disso, é citado o PNAE como estratégia de contemplação das ações de EAN.

Em 2014, a atualização da PNPS reforçou a relevância da promoção à saúde no SUS. Além disso, destacou cinco áreas prioritárias, incluindo a alimentação adequada e saudável, fortalecendo o papel da EAN na PAAS.⁴⁵

Este período das ações, programas e publicações com o foco na PAAS, fez com que o FNDE lançasse, em 2017, a I Jornada de EAN, com o objetivo de contribuir com a autonomia de escolhas alimentares mais saudáveis pelos estudantes, considerando a escola como um ambiente promotor da alimentação adequada e saudável, incorporando as compreensões acerca da alimentação e nutrição nos diversos níveis de ensino, em seus conteúdos programáticos respectivos.⁴⁶

Nota-se que a EAN transitou em vários significados, a depender do contexto político a que ela correspondia. De educação alimentar, para educação nutricional e finalmente para a EAN de fato, elaborou-se um conceito e prática que ora foi algo privativo, ora foi ampliado para um campo de conhecimento transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional.⁴²

Com isso, as políticas públicas e documentos legais também fizeram suas adaptações para os conceitos aplicados em cada época. Na cronologia que aqui se segue, o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), por meio da Resolução nº 600/2018, passou a incorporar o conceito de EAN do MREAN,⁴⁷ alterando, portanto, o contexto da Lei Federal nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, a qual identificava a EAN enquanto prática

privativa da profissional nutricionista. Mesmo com os avanços para a EAN a partir da Resolução supracitada, é essencial destacar que o termo “Educação Nutricional” ainda é utilizado no referido documento, indicando por meio deste desacerto conceitual que ainda havia um longo caminho a ser percorrido.

É importante salientar que 2018 foi um ano de muitas publicações acerca da temática de EAN. O livro *Educação Alimentar e Nutricional: Articulação de Saberes* foi uma obra relevante, com a proposta de diálogo entre a Educação e a Nutrição. A publicação foi fruto de um projeto de pesquisa da Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com o FNDE, que objetivou contribuir para a prática da alimentação escolar no Brasil.⁴⁸

Paralelamente ao livro supracitado, ainda no contexto da alimentação escolar, foi publicada a Lei nº13.666/2018, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996 - LDB), para incluir o tema transversal da EAN no currículo escolar,⁴⁹ o que se coaduna com o FNDE, referente ao lançamento da I Jornada de EAN no ano anterior. Implicava a incorporação de temáticas relacionadas à PAAS, na estrutura educacional, propondo fomentar a saúde e o bem-estar estudantil.

A legislação estipulou a inclusão da EAN como um dos temas transversais, que deveria ser abordada em todo currículo escolar conforme preconizado na LDB.⁴⁹ Consequentemente, as instituições de ensino tiveram um período para se adaptar às novas diretrizes e integrar a EAN em seus programas curriculares.

Já no âmbito das políticas públicas, a PNPS teve outra atualização no ano de 2018. Apesar de manter os mesmos princípios e diretrizes da edição de 2014, no campo da Alimentação e Nutrição, foram incorporadas as recomendações do GAPB⁴³ no que diz respeito à classificação de alimentos a partir do tipo de processamento e a relação da alimentação com os aspectos sociais e ambientais.⁵⁰

Também na esfera federal, foi publicado o material *Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional*, produto da aliança entre o CFN, o MDS e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). A proposta desse instrumento foi incentivar e sensibilizar gestores e profissionais de diversas áreas para ações relacionadas ao DHAA, por meio da EAN.⁵⁰ O documento em questão apresentou os nove princípios orientadores do MREAN para as práticas de EAN, ofertando exemplos de ações de EAN e levando em consideração os aspectos biológicos, sociais, culturais e políticos inerentes à alimentação adequada e saudável.⁵⁰

Apesar de o escopo desta pesquisa ser o território brasileiro, faz-se necessária uma abordagem mundial ao seguir esta narrativa, uma vez que em março de 2020 foi oficialmente declarada a pandemia de Covid-19 pela OMS,⁵¹ o que impactou em todas ações, incluindo a própria EAN. Foi um período de crescente insegurança alimentar e nutricional no país;⁵² os órgãos oficiais e instituições de ensino superior tomaram a frente em relação a produção e disseminação de materiais de EAN.

Marra et al.⁵³ constataram que tais produtos foram amplamente elaborados, sobretudo em meio eletrônico, e foram categorizados em quatro eixos: higiene e manipulação de alimentos; patologias específicas de interesse da área de alimentação e nutrição; insegurança alimentar, aleitamento materno e gestação; e EAN e orientação para profissionais da área de Nutrição.

A partir de 2022, foram retomadas estratégias com maior robustez para a PAAS por meio da EAN em território nacional. Destaca-se a Nota Técnica *Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação*,⁵⁴ lançada pelo FNDE, com o objetivo de incentivar a EAN nas escolas públicas do país, esclarecer quem são os atores sociais da EAN e suas possibilidades de atuação.

Foi, ainda, objetivo da Nota Técnica, com base no MREAN, apresentar ações de EAN desenvolvidas em diferentes contextos escolares, orientações para o planejamento, implementação e avaliação dessas ações.

O documento visou contribuir para a promoção, a proteção e o apoio à realização de práticas alimentares adequadas e saudáveis no âmbito escolar, considerando as especificidades culturais, regionais e locais.⁵⁴

Outra estratégia de ampliação do alcance da alimentação escolar, desta vez em veículos de comunicação audiovisual, foi o *reality show* “Merendeiras do Brasil”, programa de televisão que objetivou valorizar o trabalho das merendeiras e a qualidade da alimentação escolar no país. Foi lançado em março de 2022 pelo MEC e o FNDE, em parceria com a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Almejou destacar os impactos positivos de uma alimentação adequada e saudável no processo de aprendizado dos alunos, bem como na promoção à saúde, cidadania e sustentabilidade.⁵⁵

Para além do enfoque na alimentação escolar, o ano de 2022 foi contemplado pelo lançamento do Laboratório de Inovação em Educação Alimentar e Nutricional (LIS-EAN), projeto desenvolvido pela OPAS Brasil em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). Teve como objetivo identificar, sistematizar e divulgar iniciativas de EAN, dialogando sobre desafios e avanços nos últimos 10 anos, à luz do MREAN.⁵⁶ As experiências foram divididas em quatro eixos: I - EAN no Campo da Saúde; II - EAN no Campo da Educação; III - EAN no Campo da Assistência Social; IV - EAN em outros Campos de Prática.

Apesar de o LIS-EAN ter sido idealizado e lançado em 2022, somente no ano de 2023 foi publicado o produto intitulado “Laboratório de Inovação em Educação Alimentar e Nutricional: uma Celebração dos 10 anos do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas”. Destacou-se o papel crucial do LIS-EAN na promoção e registro das ações de EAN, com enfoque especial na educação, evidenciando iniciativas como as Jornadas de EAN e a formação profissional em Nutrição.⁵⁷

As experiências do LIS-EAN, focadas nos primeiros passos do GAPB, incitaram reflexões sobre a ampliação da abordagem dos demais passos. O laboratório ressaltou a importância do investimento contínuo e transdisciplinar nas ações de EAN, integrando-as ao cotidiano das ações públicas em diferentes áreas. Além de celebrar os 10 anos do MREAN, o LIS-EAN almejou contribuir para as reflexões atuais e estimular futuros desdobramentos do MREAN.⁵⁷ Nesse sentido, todas as publicações citadas e discussões realizadas após a publicação do MREAN contribuíram para a construção e lapidação da compreensão da EAN enquanto campo de conhecimento, consolidando as bases teóricas e metodológicas que orientam as práticas atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o histórico do conceito de EAN com o olhar político, social, econômico e territorial salienta uma fluidez muito intrigante ao longo deste último século narrado: ora voltado basicamente para a segurança alimentar, ora restrito ao âmbito uniprofissional da nutrição e ora ampliado para um conceito mais complexo e intersetorial. Fato é que a EAN sempre esteve presente ao longo da história nacional nesse período.

Mas para além de narrar a história, o ensaio também levantou reflexões acerca do contexto ao longo dos anos, como o protagonismo médico nos primórdios da ciência da alimentação e nutrição, o capitalismo e suas influências produtivistas na alimentação, o silenciamento histórico da relação das ciências humanas com a alimentação, bem como o setor Educação sempre envolvido na EAN, mas ainda assim distante, seja pela ausência de um rigor teórico-metodológico bem definido, seja por ainda estar em um processo de desenvolvimento no campo da intersetorialidade e interprofissionalidade.

Como lacuna deste ensaio, identifica-se a ausência de registros do papel do Sistema Único de Saúde neste histórico, bem como discussões atuais acerca da interseccionalidade e suas nuances referentes à EAN.

São temas muito importantes a serem aprofundados em futuros estudos que se dediquem ao fenômeno de EAN e sua relação na coletividade humana e territórios.

REFERÊNCIAS

1. Boog MCF. Percurso Histórico: Diferentes Sentidos para a Educação Alimentar e Nutricional. In: (Orgs.). Lang RMF, Ciacchi EMR. Educação Alimentar e Nutricional: fundamentação teórica e estratégias contemporâneas. 1 ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2021. p. 41-54.
2. Saviani D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados; 2007.
3. Moraes D. A escola nova. In: Costa MJF, Shena DR, Schmidt MA. I Conferência Nacional de Educação - Curitiba, 1927. Brasília: Mec/Sediae - Inep/Ipardes, 1997. p. 611-621.
4. Penna B. Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar. In: Costa MJF, Shena DR, Schmidt MA. I Conferência Nacional de Educação - Curitiba, 1927. Brasília: Mec/Sediae - Inep/Ipardes, 1997. p. 29-33.
5. Rodrigues-Ciacchi EM. Criança saudável, educação dez: a trajetória de um projeto interministerial de educação alimentar e nutricional [Tese]. [Universidade Estadual de Campinas]; 2013.
6. Escudero P. Alimentación Buenos Aires: Hachette; 1934.
7. Mendes de Carvalho H, Fagnani MA. Francisco Pompêo do Amaral: sujeito social e seus objetos de ensino em prol da alimentação e nutrição no Brasil (1938 a 1941). 2015 Jan 6;15(28):100-26. <https://doi.org/10.5965/1984723815282014100>
8. Asbran (Associação Brasileira de Nutrição). Histórico do nutricionista no Brasil. 1939 a 1989. Coletânea de depoimentos e documentos. São Paulo: Atheneu Editora São Paulo, 1991.
9. Josué De Castro. Geografia da fome. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira; 2002
10. Fogagnoli M. O SAPS e a boa alimentação: O Serviço de Alimentação da Previdência Social e os trabalhadores (1940-1950) [Internet]. 2011. [Cited 2024February 19]. Available from: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300666715_ARQUIVO_Artigo.anpuh.pdf.
11. Santos LAS. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. Ciência & Saúde Coletiva [Internet]. 2012 Feb1;17:455-62. [Cited 2024February 19]. Available from: <https://www.scielo.org/article/csc/2012.v17n2/455-462/>
12. Lima ES. Mal de fome e não de raça. SciELO - Editora FIOCRUZ; 2000
13. Fausto B. O estado getulista. In: Fausto B. História do Brasil. São Paulo: Edusp; 2003. p. 329-394.
14. L'Abbate, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil II: A partir dos anos setenta. Rev Nut 1989;2(1):p.7-54.
15. Boog MCF. Educação nutricional: passado, presente, futuro. Rev Nutr. 1997;10: 5-19.
16. Arruda BKG, Arruda IKG. Marcos referenciais de trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. ver Bras Saúde Mater Infant. 2007;7:319-26.
17. Haack A, Fortes R, Ali BA, Alvarenga AP. Políticas e programas de nutrição no Brasil da década de 30 até 2018: uma revisão da literatura. Com. Ciências da Saúde. 2018; 29(2):126-138. [Cited 2024February 19]. Available from: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/politicas_programas_nutricao.pdf
18. Castro CM, Peliano AM. Novos alimentos, velhos hábitos e o espaço para ações educativas. In: Castro CM, Coimbra M. O problema alimentar no Brasil. São Paulo: Unicamp/Almed; 1985. p 195-213.
19. Valente FLS. Fome e desnutrição: determinantes sociais. São Paulo: Cortez; 1986.

20. Lima ES, Oliveira CS, Gomes MCR. Educação Nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro (1980-1998). *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. 2003;10:603. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000200006>
21. Brasil. Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 1991. Seção 1, p. 15093*. [Cited 2024 March 24]. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/l8234.htm.
22. Monteiro CA, lunes RF, Torres AM. A evolução do país e de suas doenças: síntese, hipóteses e implicações. In: Monteiro CA. *Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC/NUPENS-USP; 2000.
23. Ministério da Saúde/FIOCRUZ. *Promoção da Saúde: Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá*. Brasília: Ministério da Saúde/IEC; 1986. pp. 11-18.
24. Ministério da Saúde/FIOCRUZ. *Promoção da Saúde: Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá*. Brasília: Ministério da Saúde/IEC; 1988. pp. 19-30.
25. Ministério da Saúde/FIOCRUZ. *Promoção da Saúde: Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá*. Brasília: Ministério da Saúde/IEC; 1991. pp. 31-40.
26. Boog MF. Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. *Revista Ciência & Saúde*. 2008;1(1):33-42. <https://doi.org/10.15448/1983-652X.2008.1.3860>
27. Conselho Nacional de Segurança Alimentar. *I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (1994)*. Brasília, 1995. [Cited 2024 February15]. Available from: <https://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/1a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/1-conferencia-completa-ilovepdf-compressed.pdf>.
28. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política nacional de alimentação e nutrição*. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.
29. Brasil. Resolução CNE/CNS nº 5, de 7 de novembro de 200. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Brasília, 2001. [Cited 2024 March 24]. Available from: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>
30. Brasil. Presidência da República. Programa Fome Zero. Brasília: Presidência da República; 2003.
31. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2004.
32. Paiva JB de, Magalhães LM, Santos SMC dos, Santos LA da S, Trad LAB. A confluência entre o “adequado” e o “saudável”: análise da instituição da noção de alimentação adequada e saudável nas políticas públicas do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. 2019;35(8).
33. Conselho Federal de Nutricionistas (CFN). Resolução cfn nº 380/2005 dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providências [Internet]. [Cited 2024 March 23] Available from: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/repositoriob/pdf/res/2005/res380.pdf>
34. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 210 p.
35. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. [Cited 2024 February 21]. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm.

36. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Aprova a Política de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.
37. Brasil. Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2010. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília: Ministério da Saúde e Ministério da Educação; 2010. [Cited 2024 March 24]. Available from: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=818773&filename=LegislacaoCidad+PL+7901/2010#:~:text=PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20No%201.010%2C%20DE%208%20DE%20MAIO,das%20redes%20p%C3%BAblicas%20e%20privadas%2C%20em%20C3%A2mbito%20nacional.
38. Brasil. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República; 2007. [Cited em 24 março 2024] Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm
39. Brasil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica Brasília: Presidência da República; 2009. [Cited 2024 March 23]. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm.
40. Brasil. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República; 2010. [Cited 2024 March 24]. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm.
41. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 1. ed., 1. reimpr. Brasília, 2013. [Cited 2024 February 27] Available from: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf
42. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília, DF, 2012. [Cited 2024 February 26]. Available from: https://cecanesc.paginas.ufsc.br/files/2019/07/Marco_Referencia_de_Educacao_Nutricional_Alimentar.pdf
43. Brasil. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.
44. Brasil. Ministério da Saúde. Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle de Obesidade. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.
45. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília: Ministério da Saúde; 2014. [Cited 2024 March 24]. Available from: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html.
46. Brasil. Ministério da Educação. Jornada de EAN 2017. Brasília: Ministério da Educação; 2018. [Cited 2024 March 24]. Available from: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/Cited-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/pnae-educacao-alimentar-nutricional>.
47. Brasil. Resolução nº 600, de 25 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. Brasília: Conselho Federal de Nutricionistas; 2018. [Cited 2024 March 24] Available from: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-600-de-25-de-fevereiro-de-2018-11253717?inheritRedirect=true>.
48. Bezerra JAB. Educação alimentar e nutricional: articulação de saberes. Fortaleza: Edições UFC, 2018. 120p.

49. Brasil. Lei nº 13.666, de 14 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Brasília: Presidência da República; 2018. [Cited 2024 March 24]. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13666.htm
50. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social; 2018. [Cited 2024 March 24]. Available from: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CADERNO_EAN_semmarca.pdf.
51. Brasil. OMS classifica coronavírus como pandemia. Ministério da Saúde. [Cited 2024 March 24]. Available from: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/oms-classifica-coronavirus-como-pandemia>.
52. Oliveira TC, Abranches MV, Lana RM. (In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. Cadernos de Saúde Pública. 2020;36(4).
53. Marra RL, Bernardes MS, Souza CM, Toloni MH de A. Mapeamento das ações de educação em saúde, alimentação e nutrição no período de distanciamento social pela pandemia de Covid-19. DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde. 2021 Jul 28;16:e54340.
54. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Nota Técnica nº2810740. Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação. Brasília: FNDE; 2022. [Cited 2024 March 24]. Available from: https://www.gov.br/fnde/pt-br/Cited-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/legislacao/SEI_FNDE2810740NotaTcnica.pdf.
55. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). MEC e FNDE lançam reality show "Merendeiras do Brasil". Brasília: FNDE; 2022. [Cited 2024 March 23]. Available from: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/mec-e-fnde-lancam-reality-show-merendeiras-do-brasil>
56. Apsredes. Laboratório de inovação - Educação alimentar e nutricional. [site]: OPAS; 2022. [Cited 2024 March 24] Available from: <https://apsredes.org/educacaoalimentarenutricional/>.
57. Brasil. Ministério da Saúde. Laboratório de Inovação em Educação Alimentar e Nutricional: Uma celebração dos 10 anos do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade de Brasília, Organização Pan-Americana de Saúde. – Brasília: Ministério daSaúde, 2023. 98 p.

Colaboradores

Hirata MY foi responsável pela concepção e desenho do estudo, estruturação e redação do manuscrito; análise e interpretação dos dados qualitativos, revisão e avaliação crítica. Rodrigues LS contribuiu com a estruturação, revisão e avaliação crítica e aprovação da versão final. Cabrini D contribuiu com a concepção do estudo e coordenação das etapas que se seguiram, contribuiu com a redação do artigo e realizou revisão, avaliação crítica e aprovação da versão final

Conflito de Interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Recebido: 29 de agosto de 2024

Aceito: 05 de abril de 2025